



Anais do I Encontro Internacional de Política Externa Latino-Americana:
Mapeando a Política Externa do Cone Sul. Foz do Iguaçu, 2015.

Realização: Núcleo de Pesquisa de Política Externa Latino-Americana (NUPELA)

RELAÇÕES BRASIL – VENEZUELA: COOPERAÇÃO PARA A REDUÇÃO DA POBREZA (2003-2013)

Rafael Balardin¹
Diulia Dorneles Rosso²

Resumo: A cooperação para o desenvolvimento observada hoje entre Brasil e Venezuela tem início com o fortalecimento das relações diplomáticas e econômicas entre os países, ainda na década de 1990. Mais tarde, com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições de 2002 e dado o contexto favorável à integração regional na América do Sul, a Venezuela decide voltar sua atenção para esta parte do continente, buscando formar parcerias estratégicas. Tendo em vista os crescentes níveis de desigualdade social, o governo Hugo Chávez cria em 2003 as “*Misiones*”, programas sociais com o intuito de promover o combate à pobreza. Devido ao reconhecimento internacional dos programas sociais aplicados no Brasil, surge a iniciativa de compartilhar a experiência brasileira na adoção de tais políticas públicas.

Palavras chave: Política Externa; Hugo Chávez; Programas Sociais; Cooperação.

1- Introdução

Desde o final da ditadura militar na Venezuela em 1958, a democracia foi sustentada pelo sistema do Pacto *Punto Fijo*, firmado entre os principais partidos da época³, nele alguns traços da política do país foram determinados, além da necessidade de consulta entre os partidos em questões primordiais. Isso fez com que o sistema democrático que se instalou ali não garantisse a representatividade da população, tendo em vista que os partidos possuíam orientações políticas similares e agiam em defesa de um sistema de poder que favorecia os empresários e o aproveitamento destes das riquezas advindas da exploração do petróleo (LISBOA, 2011).

A falta de representatividade e o agravamento dos problemas sociais e econômicos levaram ao descontentamento da população, a elevação no preço das passagens de ônibus, no final da década de 1980, foi o estopim necessário para a revolta popular. O movimento de 1989, conhecido como *Caracazo*, contou não só com a participação da sociedade civil, mas também com os militares. Nesse contexto de animosidade, o tenente-coronel Hugo Chávez surge como figura política, apesar de não ter participado do *Caracazo*, Chávez defendia o fim daquele sistema democrático onde o povo não tinha voz e a instauração de um governo que garantisse o poder à população.

Nesse sentido, ocorre a tentativa de Golpe de Estado contra o governo de Carlos Andrés Pérez em 1992, mesmo tendo sido falho, a iniciativa serviu para aumentar a popularidade de Chávez que, após ser detido, assume em uma rede aberta de televisão a responsabilidade total pelo ato e pede que a população largue as armas. A atitude do coronel causou grande comoção social e o movimento ficou conhecido como *por ahora*. Após sair da prisão, Chávez se candidata a corrida presidencial em 1998 e vence com 56% dos votos. É importante ressaltar que o último presidente, Rafael Caldera, havia sido eleito com apenas

¹ Professor de Relações Internacionais na Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA e orientador do trabalho (rafaelbalardin@unipampa.edu.br)

² Graduanda em Relações Internacionais na Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA (diulia_rosso@hotmail.com)

³ *Alianza Democrática (AD)*, *Unión Republicana Democrática (URD)* e *Comité de Organización Política Electoral Independiente (COPEI)*.

30% (AMORIM NETO, 2003, p. 90).

A eleição de 1998 é marcada pela esperança de que, com a vitória de Hugo Chávez, a miséria e o desemprego diminuiriam e o governo passaria a representar os interesses da população. Todavia, as mudanças realizadas pelo presidente logo no início de seu governo causaram descontentamento na elite que até então controlava o país (LISBOA, 2011). Após a aprovação das 49 Leis Habilitantes em 2001⁴, onde eram regulamentadas medidas de reestruturação econômica, a oposição, juntamente com os funcionários da Petróleos da Venezuela S.A (PDVSA), passam a se articular contra o governo sob a alegação de que tais leis garantiam exacerbada participação estatal na economia, levando ao golpe de abril de 2002 (ARAÚJO, 2012). Apesar de não ter atingindo seus objetivos, o golpe serviu para contestar a legitimidade do presidente e garantir a convocação do referendo revogatório de 2004 (RIBEIRO, 2008 apud LIMA, 2013).

Esta sucessão de acontecimentos teve como consequência direta uma virada de rumos nas ações do governo, que a partir de então passa a focar-se nos problemas sociais do país. Durante seu primeiro mandato (1999–2001), Chávez se ateve às mudanças a serem realizadas para reverter os danos causados pelas políticas neoliberais dos governos anteriores, já no segundo mandato o objetivo do governo passa a ser o combate à pobreza, ao analfabetismo e demais problemas sociais que desolavam a população venezuelana à época (BARROS, 2006). A criação das “*Misiones*” em 2003 e as mudanças na ação política interna acarretaram em transformações na política externa do governo, que se torna mais ativa e adquire teor contra hegemônico, além disso, a partir dessa fase a Venezuela mostra interesse em estabelecer relações mais recorrentes com os países da América do Sul (URRUTIA, 2009).

Com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil e um contexto político mais favorável a governos de esquerda na América do Sul, com Nestor Kirchner, na Argentina, Evo Morales, na Bolívia, e Tabaré Vázquez, no Uruguai, a Venezuela decide voltar sua atenção à parte sul do continente. Nesse sentido, a cooperação com o Brasil tem muito a oferecer, principalmente após o notável sucesso dos programas de redistribuição de renda aplicados no país. Os programas sociais implantados desde meados da década de 1990 no Brasil conseguiram apresentar resultados significativos já no governo Fernando Henrique Cardoso. Com o governo do Partido dos Trabalhadores tais programas foram ampliados e passam a ser vistos como exemplos internacionais de ações no combate a miséria (PAPI; MEDEIROS, 2015).

Durante o governo Lula (2003 – 2010), o Brasil amplia suas ações internacionais no sentido de formar “parcerias para o desenvolvimento” e incentivar a Cooperação Sul-Sul. Segundo Barros⁵:

Se nas relações com os países árabes ou orientais as aproximações são definidas de acordo com a temática em discussão, na América do Sul a decisão brasileira é de associar seu desenvolvimento econômico, social e político ao dos vizinhos. Se a política de cooperação técnica para o desenvolvimento é um

⁴ Dentre estas cabe destacar a Lei de Pesca, responsável pela ampliação da faixa marítima para pesca artesanal e a valorização da atividade artesanal em detrimento da industrial; a Lei de Terras e Desenvolvimento Agrário, que trata da ociosidade da terra e da reforma agrária; e a Lei dos Hidrocarbonetos, responsável pelo aumento dos *royalties* a serem pagos por empresas privadas ao governo, visando fortalecer o controle estatal sobre a PDVSA e reverter a privatização da companhia (ARAÚJO, 2012).

⁵ Pedro Silva Barros é Técnico de Planejamento e Pesquisa do IPEA, ele foi o responsável pela missão do Instituto na Venezuela desde seu início, em 2011, até o segundo semestre de 2014.

instrumento de consolidação das alianças nas diferentes regiões, sendo realizada em projetos específicos e pontuais, na América do Sul tem um caráter estrutural cujo objetivo é uma política de desenvolvimento comum. (BARROS, 2011, s/p).

Desse modo, surgem iniciativas no sentido de compartilhar a experiência brasileira na implantação políticas públicas sociais com outras nações. Nesse contexto, tendo em vista os demais fatores citados anteriormente, a Venezuela passa a se articular com o Brasil para a superação da miséria, havendo atualmente projetos de cooperação em diversos setores como o de habitação, por exemplo, que conta com o apoio da Caixa Econômica Federal.

Tendo em vista as mudanças ocorridas em ambos os países nas últimas décadas e a carência de estudos acadêmicos nesta área, o presente artigo busca analisar as relações de cooperação para o desenvolvimento entre Brasil e Venezuela no período que vai da criação das “*Misiones*”, em 2003, pelo Presidente Hugo Chávez, marco da alteração das políticas sociais adotadas pelo governo, até 2013.

2- Mudança de rumos no Governo Hugo Chávez

É iniciada uma nova etapa na política externa de Chávez após o golpe de Estado de 2002, com a elaboração do *Taller de Alto Nivel*, documento que determina as metas e estratégias do governo, o país passa a primar pelo fortalecimento da Revolução Bolivariana. Paralelamente, o presidente realiza discursos mais expressivos, onde são enaltecidos o bolivarianismo e os governos de esquerda, além de, sempre que possível, denunciarem as desigualdades do sistema internacional e o intervencionismo das grandes potências, em especial dos Estados Unidos (URRUTIA, 2009).

Concomitantemente, ocorrem mudanças no Ministério de Relações Exteriores do país, havendo o abandono da diplomacia de teor neutralista até então utilizada em detrimento de uma baseada na ideologia bolivariana. Além disso, ocorre a centralização das decisões referentes às relações internacionais na figura do presidente (URRUTIA, 2009). Dentre as mudanças realizadas no segundo mandato de Chávez (2002 – 2007) a mais relevante para este estudo é a criação das “*Misiones*”, ainda em 2003, com o intuito de combater a pobreza, o analfabetismo e garantir à população o acesso a atendimento médico adequado e gratuito. Desde o começo de sua carreira política, Chávez ressalta a importância de medidas que favoreçam a parcela mais carente da população, especialmente após os efeitos da década de 1980 e do neoliberalismo que, assim como em diversos países do América Latina, acentuou os níveis venezuelanos de desigualdade e pobreza.

As “*Misiones*” fazem parte de uma estratégia do governo para aumentar sua legitimidade, além de reproduzir os ideais da Revolução Bolivariana, notoriamente, a participação popular na democracia, também garante a participação das forças armadas nos programas sociais, fortalecendo proposta de união cívico-militar (SCARTEZINI, 2014). Segundo D’elia e Cabezas (2008 apud LIMA, 2013, p. 7), o programa social do governo têm como objetivo “praticar o Socialismo do Século XXI”, também como “proporcionar a inclusão e igualdade social; democracia social, popular e participativa; Estado social constituinte e um novo modelo de desenvolvimento interno”.

Dois fatores possibilitaram a criação das “*misiones*”, a retomada do controle estatal da PDVSA e dos subsídios gerados por esta, revertidos em prol da resolução dos problemas sociais, e o apoio fornecido pelo governo cubano (LIMA, 2013). Segundo D’elia (2006, apud BAPTISTA, 2008), a gênese do que viriam a ser as “*misiones*” tem início em 1999 quando

médicos cubanos vão ao país para auxiliar no atendimento à população afetada pelo desastre natural daquele ano. Desde então o governo cubano envia médicos ao país e, em troca, a Venezuela negocia petróleo a preços mais baixos. Cuba também presta apoio às missões de alfabetização, fornecendo “professores, tecnologias e o próprio método de alfabetização, o „*Yo si puedo*”” (BAPTISTA, 2008, p. 3), reconhecido internacionalmente. Com as missões sociais “o governo descentralizou as políticas sociais das estruturas estatais, fazendo com que as comunidades assumissem um papel protagonista na sua execução” (ARAÚJO, 2012, *s/p*).

3- Relações Bilaterais Brasil - Venezuela

Até meados do século XX a atuação do Brasil na América do Sul e no Caribe era restrita à região do Prata e pautada em temas geopolíticos, sem maior interesse pelo restante do continente. Segundo Silva,

[...] a relação com os países da Bacia Amazônica, após a negociação de fronteiras, ainda era considerada de baixa prioridade. Mas com a intensificação do seu desenvolvimento industrial, o Brasil voltou-se cada vez mais para os países daquela região, vista como um mercado potencial para as manufaturas brasileiras. A integração da América do Sul exigia o desenvolvimento da Amazônia, que até então separava a economia industrial brasileira dos mercados as margens do Pacífico e Caribe. E o desenvolvimento da Amazônia dependia da cooperação com os países vizinhos. (SILVA, 2009, p. 2).

As relações entre Brasil e Venezuela passaram por um longo período de distanciamento e desconfiança, por parte da elite venezuelana, frente os interesses de liderança regional brasileiros, fato que começa a ser alterado no governo de Emílio Médici⁶, durante o regime militar, quando o projeto de política externa brasileira passa a buscar a reinserção internacional e a ampliação das parcerias latino-americanas, contexto no qual os países amazônicos adquirem teor fundamental. Do lado venezuelano, Rafael Caldera assume a presidência pelo COPEI (1969-1974) e abandona a *Doctrina Betancourt*⁷ adotada até então, permitindo uma aproximação estratégica entre os países, julgando ser mais vantajoso o estabelecimento de uma aliança com o Brasil do que manter o distanciamento, tendo em vista o receio venezuelano em relação à política externa brasileira. Nesse sentido, em 1973 é firmado o Convênio Básico de Cooperação Técnica, considerado um marco na relação entre os países (SANTOS, 2005). O início da aproximação permitiu que, na sequência, fossem firmados acordos no setor energético, segundo dados expostos por Villa (2006, p. 70), durante esse “primeiro momento cooperativo, Venezuela acertou com o Brasil convênios de cooperação em abril de 1978 nos ramos do petróleo, da petroquímica, da mineração e da siderurgia” o autor afirma que estes acordos criaram as condições necessárias para a assinatura, no mesmo ano, do Tratado de Cooperação Amazônica.

O contexto da década de 1980, a década perdida, não se mostrou favorável a relação

⁶ Emílio Médici governou de 1969 a 1974. Além da mudança de postura brasileira frente o norte da América do Sul, a cooperação entre os países acontece graças ao fim do período de isolamento regional da Venezuela, que passa a buscar a integração com os países da região.

⁷ Doutrina adotada pelo presidente Rómulo Betancourt em 1959, logo após o fim do regime militar no país. Prevê o reconhecimento apenas de governos que tivessem sido eleitos constitucionalmente, ato que afastou a Venezuela dos países da região, tendo em vista o contexto da época. Nesse período as relações diplomáticas com o Brasil são rompidas, logo após o advento do golpe de 1964, vindo a ser retomadas em 1966 (NUNES, 2011).

entre os países, tendo ambos passado por processos inflacionários e de endividamento externo semelhantes, dificultando suas ações internacionais. A partir dos anos 1990 a cooperação entre Brasil e Venezuela alcança um aumento qualitativo no âmbito da cooperação, desde então foram assinados inúmeros acordos em diversos setores estratégicos. A segunda administração de Rafael Caldera (1994-1999) e a presidência de Itamar Franco (1992-1994) dão um novo impulso nas relações entre os países, afinal, ambos começam a sentir os efeitos negativos das medidas neoliberais, levando a estratégias que buscam amenizar os efeitos da abertura externa e garantir a diversificação das parcerias econômicas (BARROS; HITNER, 2013). Nesse contexto de busca pelo fortalecimento das relações econômicas entre os vizinhos é lançada a Iniciativa Amazônica, em dezembro de 1992, e é firmado o *Protocolo de la Guzmania* em março de 1994, este último estabelecia a ampliação da cooperação bilateral em temas de interesse regional e mundial e acarretou na criação da Comissão Binacional de Alto Nível, dirigida pelos Ministros de Relações Exteriores de ambos os países, e de diversos Grupos de Trabalho sobre temas específicos, abrindo ainda espaço para ações conjuntas no futuro (AGUIAR, 2013).

Ao longo do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 - 2002) são estabelecidos encontros recorrentes com Rafael Caldera, muitos deles em função dos compromissos assumidos com o Protocolo de Guzmania. No que se refere ao setor energético, em 1997 é firmado o acordo entre a *Electrificación del Caroní* (EDELCA) e a Eletronorte, estabelecendo contrato de compra de energia elétrica por parte do Brasil para o abastecimento da região de Roraima. Além disso, são criados Grupos de Trabalho para analisar o desenvolvimento da região amazônica e avanços são percebidos na integração tanto econômica quanto diplomática (AGUIAR, 2013).

Nos últimos anos da administração FHC, importantes obras de infraestrutura são realizadas na região da fronteira amazônica com o intuito de facilitar a integração entre as fronteiras, sendo elas, a pavimentação da BR-174 que faz a ligação entre Manaus, Boa Vista e Santa Helena de Uairén, cidade venezuelana mais próxima à fronteira com o Brasil, e a rede de transmissão elétrica Guri-Manaus, ambas em 2001 (VILLA, 2006; AGUIAR, 2013).

Durante a crise política de 2002 na Venezuela, o Brasil se mostrou solidário ao país, tendo FHC disponibilizado o exército brasileiro ao vizinho, caso fosse necessário (NUNES, 2011). Fica claro nesse período a importância destinada à Venezuela nas ações internacionais brasileiras, sendo o Brasil responsável pela criação do “Grupo de Amigos do Secretário-Geral da OEA para a Venezuela”⁸, ato que reafirma os laços de solidariedade entre os países e o empenho brasileiro na manutenção da estabilidade nas regiões de fronteira, também como a defesa da democracia e do direito internacional. Além disso, o Brasil provê envio de petróleo ao país, mediante a crise de abastecimento decorrente da greve geral dos funcionários da PDVSA, em dezembro de 2002 (SILVA, 2009).

Com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições de 2002 uma nova etapa nas relações entre os países é inaugurada. A proximidade ideológica e a similaridade dos interesses regionais percebida entre os governos garantiu a maior aproximação entre eles, havendo a definição de encontros presidenciais bilaterais trimestrais a partir de dezembro de 2007. Os projetos de cooperação com o Brasil se acentuam a partir de 2005, com o estabelecimento da Aliança Estratégica Brasil-Venezuela, percebe-se também o aumento do

⁸ Lançado logo no primeiro mês do Governo Lula, em 2003. O grupo foi idealizado como forma de auxiliar na superação da crise política enfrentada pela Venezuela na época. Aderiram à iniciativa: Chile, Espanha, Portugal, México e Estados Unidos (VIZENTINI, 2005).

comércio, do número de acordos firmados e a presença de empresas brasileiras no país. O grande número de visitas presidenciais favoreceu os acordos entre as partes, sendo a Venezuela o país mais visitado pelo presidente Lula. Surge nesse período a chamada “diplomacia da solidariedade”, meio que fortalece a cooperação técnica e destaca um dos novos temas da política externa brasileira, o combate a pobreza e incentivo a políticas sociais (BARROS; HITNER, 2013).

O novo projeto de política externa apresentado por Hugo Chávez em seu segundo mandato prevê maior atenção para os países do sul do continente e busca a integração entre os países da América do Sul e do Caribe. Tendo em vista o questionamento da sua legitimidade interna, o governo busca sua reinserção internacional e novos parceiros econômicos, vindo a estabelecer relações mais próximas com a OPEP e com Cuba. Percebe-se também maior empenho nos processos de integração regional, com a criação da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA) em 2004 e a aproximação com o MERCOSUL, lançando sua candidatura para membro permanente do bloco em 2006.

Desde o início do governo Lula, diversas instituições brasileiras criaram escritórios em solo venezuelano, dentre elas se destacam: o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e a Caixa Econômica Federal (CEF). O IPEA tem sede no país desde setembro de 2010 e vem atuando, juntamente com órgãos governamentais e universidades locais, na realização de estudos sobre as possibilidades de integração entre Brasil e Venezuela, além de auxiliar nas pesquisas referentes à extração de petróleo na costa de Orinoco e na busca por políticas macroeconômicas que propiciem a diversificação da matriz econômica do país. Segundo Barros e Dasso Júnior, os objetivos da missão do IPEA na Venezuela são:

[...] estreitar vínculos institucionais com organizações governamentais e de pesquisa da Venezuela; assessorar a Administração Pública venezuelana em políticas públicas; organizar cursos de formação em políticas públicas e planejamento; organizar estudos e seminários para impulsionar a integração e planejamento; organizar estudos e seminários para impulsionar a integração entre o norte do Brasil e o sul da Venezuela; estudar o desenvolvimento de cadeias produtivas associadas à atividade petrolífera; e pesquisar integração regional e comparada. (BARROS; DASSO JÚNIOR, 2012, p. 9).

Com escritório em funcionamento no país desde 2008, a atuação da EMBRAPA ocorre no sentido de promover transferência de tecnologia e disseminação de conhecimento, havendo diversos cursos e seminários sobre agricultura e pecuária, visando atingir a segurança alimentar através do aprimoramento da produção de alimentos. O principal objetivo da empresa é promover o desenvolvimento agropecuário na região centro-norte do país, com foco na produção de soja e na pecuária de corte (EMBRAPA SOJA, 2012; CAMPO E LAVOURA, 2015).

A Caixa Econômica começou a participar de projetos brasileiros referentes a cooperação técnica em 2003 e desde de 2009 atua na Venezuela. Em outubro de 2010 foi inaugurada a primeira agência da CEF no país, diferentemente dos demais escritórios internacionais, no Japão e nos Estados Unidos, este foi criado com o intuito de promover a cooperação entre Brasil e Venezuela. A instituição auxilia na implantação de projetos habitacionais, como o “*Barrio Nuevo*”, que busca promover a construção e reforma de casas populares a modo de acabar com o alto *déficit* habitacional do país, além disso, fornece o suporte necessário para a promoção da universalização do serviço bancário. Segundo Hugo

Chávez, o apoio da Caixa é fundamental devido a experiência da mesma na área (AVN, 2014), experiência esta adquirida em projetos como o Minha Casa Minha Vida, no Brasil, e o apoio prestado a programas similares em determinados países da África, como Namíbia e Cabo-Verde.

Um dos objetivos da cooperação entre os países no decorrer do século XXI, em consonância com suas políticas internas, é a superação da desigualdade. Para isso, utiliza-se da experiência brasileira com políticas públicas de redistribuição de renda, reconhecidas internacionalmente por sua efetividade, a fim de vencer os índices de extrema pobreza, realizando trabalhos conjuntos de organizações brasileiras e venezuelanas.

4 As “Misiones”

Quando Chávez é eleito o país apresentava altos índices de pobreza e problemas referentes ao acesso da população a serviços básicos. Nesse sentido, D’Élia e Cabezas afirmam que:

Para ese año la pobreza afectaba al 40% de la población, la inflación se encontraba en un 20% anual y el desempleo se estimaba en 15%. Estas cifras aumentaron dramáticamente para el año 2003. Por otra parte, el 70% de la población no asistía a controles de salud ni estaba cubierta por sistemas de protección financiera para recibir atención; la mayoría de los adolescentes y jóvenes de ambos sexos desertaban del sistema educativo, el sector informal absorbía más del 50% de los/as trabajadores/as, la falta de viviendas adecuadas afectaba a cerca del 60% de los hogares y aproximadamente el 80% de la población no contaba con la seguridad de medios de vida para la vejez. (D’ELIA; CABEZAS, 2008, p. 1)⁹.

Durante os primeiros anos da administração Chávez alguns programas sociais foram criados, porém estes são marcados por problemas estruturais, falta de institucionalização e alcance limitado. O primeiro deles é o *Plan Bolívar 2000*, que esteve em funcionamento entre 1999 e 2001, de caráter emergencial o plano buscava envolver forças militares e civis para a “reparação da infraestrutura dos bairros, escolas, clínicas e hospitais, atenção médica, reforma e construção de moradia, assim como a distribuição de comida em áreas remotas do país” (WILPERT, 2003 apud LANDER, 2005, p. 208), também são criadas iniciativas na área da educação, ocorrendo o aumento do número de alunos matriculados, “assim como a implementação do programa das Escolas Bolivarianas, no qual os estudantes do primário têm uma educação com jornada escolar integral, alimentação e serviço de saúde” (LANDER, 2005, p. 209). Em 2000 é assinado o Convênio de Cooperação Energético-Social com Cuba, cujo apoio é crucial na implementação das “Misiones”.

Após a criação das “Misiones”, os programas sociais ganham maior preparo e envolvimento de diversos setores sociais e governamentais, há também o aumento de divisas destinadas ao desenvolvimento desse tipo de iniciativa. São postos em prática projetos nas áreas da agricultura, educação, saúde e redistribuição de renda. Como resultado, segundo

⁹ Neste ano a pobreza afetava 40% da população, a inflação se encontrava em 20% ao ano e o desemprego era estimado em 15%. Estas cifras aumentaram dramaticamente em 2003. Além disso, 70% da população não tinha acesso a controles de saúde e não estava protegida por sistemas de proteção financeira; a maioria dos adolescentes e jovens de ambos os sexos abandonaram o sistema de ensino, o setor informal absorvia mais de 50% dos/as trabalhadores/as, a falta de moradias adequadas afetava cerca de 60% dos lares e aproximadamente 80% da população não contava com meios de vida seguros para a velhice.” Tradução nossa.

dados apresentados por Scartezini (2014), os índices de pobreza caíram pela metade entre 2003 e 2010, também ocorre o aumento nas taxas de emprego e considerável queda nos índices de emprego informal.

A convocação do Referendo Revogatório de 2004 fez com que o governo se empenhasse em realizar as mudanças necessárias para vencê-lo. Os *paros* do petróleo e a sequência de problemas internos no decorrer de 2002 levaram a problemas de abastecimento no país, além do aprofundamento dos problemas sociais já existentes, levantando dúvidas sobre o empenho do Presidente com a causa social. Desse modo, era imprescindível o advento de mudanças rápidas e efetivas. Segundo Scartezini (2014, p. 101), “para atingir esses objetivos, as Missões buscavam construir um tipo de política pública que superasse o aparato burocrático do Estado, agilizasse o atendimento à população e conseguisse mobilizar os grupos sociais”, para isso começaram a se formar Comitês, ligados aos Conselhos Comuns, onde muitas das propostas são elaboradas. O empenho da população favorece a propagação dos ideais da Revolução Bolivariana, pondo em prática a “democracia participativa” que Hugo Chávez prega desde o início de sua carreira política.

As “*misiones*” abrangem diversas áreas, sendo as principais: a área da saúde, da educação, da alimentação e a habitacional. Atualmente, o governo possui cerca de vinte “*misiones*” em funcionamento, dentre elas, as de maior destaque são: a “*Misión Barrio Adentro*”, a “*Misión Mercal*” e a “*Misión Robson*”. A primeira delas, “*Misión Barrio Adentro*”, na área da saúde, promove o acesso a atendimento médico de qualidade e gratuito nas áreas mais carentes do país, tendo seu alcance aumentado com o tempo, hoje é uma das maiores em extensão territorial. A maioria dos médicos cubanos no país participa desta missão, onde são habilitados postos médicos 24 horas e a população tem acesso a atendimento médico em casa, este programa também é responsável por campanhas de vacinação. O sucesso desta missão acabou levando a ampliação de suas atividades, acarretando na criação da “*Barrio Adentro*” II, III e IV. Em sua segunda fase foi realizada a readequação dos centros de saúde do país, para possibilitar o tratamento adequado da população. Já na terceira fase, foi realizada a modernização dos hospitais venezuelanos. Além disso, em 2007, dois centros de cardiologia foram inaugurados (CABEZAS; D’ELIA, 2008). Por último, na quarta fase da missão prevê-se a criação e modernização de hospitais especializados. Há também a “*Misión Barrio Adentro Deportivo*”, que promove atividades esportivas e de recreação nas comunidades do país.

A “*Misión Mercal*” é uma referência no país na área da alimentação, disponibilizando cestas básicas aos setores populares e provendo alimentos com preços inferiores aos de mercado. A missão constitui uma “rede ampla de alimentação que vai desde a produção até a venda dos produtos” (BAPTISTA, 2008, p. 3). Dentre as funções realizadas por esta missão está a distribuição de refeições diárias a cidadãos desempregados, moradores de rua e em situação de risco, esse trabalho é realizado por voluntários. Os cidadãos de risco são postos em um *Programa de Protección Nutricional* (PROAL), destinado a pessoas em risco de desnutrição (BAPTISTA, 2008).

Em 2002, o “*Ministerio da Educación, Cultura y Deportes*” (MECD) lançou o “*Plan Nacional de Alfabetización*”, que mais tarde ficou conhecido como “*Misión Robson*”. Tal missão é responsável pela alfabetização, em nível inicial, do povo da Venezuela. Seus resultados positivos levaram a ampliação da mesma para outras fases, acarretando em programas educacionais em todos os níveis e na criação da Universidade Bolivariana da Venezuela (UBV) para promover a educação em nível superior. Os seguimentos desta missão são: “*Misión Robson II*” e “*Misión Ribas*”, responsáveis pelo restante do ensino fundamental

e médio; “*Misión Ribas Técnicas*” e “*Misión Sucre*”, garantem o acesso ao ensino técnico superior à população; e “*Misión Alma Mater*”, encarregada de ampliar a qualidade e o acesso ao ensino superior no país. O sucesso na área educacional garantiu a Venezuela ser declarada como “território livre do analfabetismo” pela UNESCO, em 2005, sendo o segundo país latino-americano a ser atestado como tal, juntamente com Cuba (SCARTEZINI, 2014).

O setor habitacional é o que possui maior carência de assistência no país, desde o fim dos anos 1980 governos tentam e falham em encontrar uma solução para o problema. A ONU chegou a afirmar, no final do século XX, que o país possuía cerca de 13 milhões de pessoas com carência de casas adequadas para viver. Desse modo, a área tornou-se uma das prioridades do governo Chávez. As falhas dos governos da época em sanar este problema fizeram com que a população se organizasse para tal, tornando-se a principal responsável pela construção de moradias. A partir daí percebe-se a formação de comunidades similares às favelas brasileiras, onde, atualmente, cerca de metade da população reside, com diversas casas construídas em áreas irregulares e com materiais precários.

A Constituição de 1999 gera mudanças significativas para o setor, sendo aprovada a *Ley de Vivienda*, nela são criados o *Comisión Nacional de Vivienda* (CONAVI) e o *Fondo de Aportes del Sector Público* (FASP). Desde então, diversas “*misiones*” referentes a revitalização de áreas urbanas e construção de moradias adequadas à população foram criadas. Dentre elas a “*Misión Barrio Nuevo Barrio Tricolor*”, que, segundo Chávez, vai “*trabajar en la construcción de viviendas y en el embellecimiento de todo el hábitat; instalar las tuberías, hacer los bloques y los trabajos de carpintería fueron algunas de las tareas propuestas a las comunidades organizadas*”¹⁰ (AVN, 2014, s/p). Villanueva (2008) afirma que o Governo Chávez prima pela melhora dos bairros e do entorno das moradias construídas e não pela quantidade destas, isso se deve, entre outras coisas pela mudança na visão de como um programa habitacional deve ser.

Apesar do êxito adquirido pelas “*misiones*” desde sua criação, percebem-se alguns problemas a serem trabalhados para seu melhor funcionamento. As missões do setor educacional sofrem com altas taxas de desistências, cada vez maiores entre a parcela jovem da população. Ocorrem também entraves referentes à formação de profissionais venezuelanos qualificados para dar continuidades aos projetos na área da saúde, havendo a carência de locais adequados para seu treinamento. No caso dos programas alimentares, o que prejudica sua efetividade é o problema da produção interna de alimentos, havendo a necessidade de importação em itens básicos. Além disso, como grande parte dos trabalhadores dos programas sociais são voluntários, os esforços tornam-se limitados, tendo em vista a necessidade destes de fazerem jornadas duplas.

5- Conclusão

A parceria Brasil – Venezuela tem se ampliado nos últimos anos e mostrado resultados significativos. Porém, ainda há um longo caminho até atingir seu pleno potencial. Houve o aumento das trocas comerciais e da participação de empresas brasileiras em solo venezuelano, acarretando em ganhos econômicos para o Brasil. Os projetos de cooperação também ampliaram o intercâmbio cultural e econômico na linha de fronteira entre os países.

¹⁰ “trabajar na construção de moradias e no embelezamento do ambiente; instalar redes de encanamento, fazer tijolos e realizar trabalhos de carpintaria foram algumas das tarefas propostas para as comunidades organizadoras.”. Tradução nossa.

Com o aumento da importância da Venezuela na agenda brasileira, a região norte do país, conseqüentemente, ganha maior atenção do Estado também, recebendo maiores investimentos em infraestrutura.

A relação entre os vizinhos sul-americanos se dá em diversos setores, como a cooperação para o patrulhamento da região da Floresta Amazônica, com a transferência de tecnologias, o incentivo a produção nacional de bens estratégicos e os seminários de treinamento de pessoal, ambos os países têm a ganhar. É preciso que haja maior disseminação da importância estratégica dos vínculos com a Venezuela a modo de ampliar os ganhos para ambos os países.

No que se refere à Venezuela, a parceria com o Brasil mostrara-se extremamente vantajosa, a transição do sistema *Punto Fijo* para o bolivarianismo demonstrou que o país necessitava de modificações estruturais. As demandas de diversificação da economia, altamente dependente das divisas geradas pelo petróleo, e de revisão a burocracia estatal encontraram nas relações com o Brasil o respaldo metodológico e o aprendizado necessário para suas implantações.

As “Misiones” também têm muito a ganhar com a cooperação entre os países, afinal, como mencionado no decorrer deste trabalho, as instituições brasileiras atuam em áreas cruciais para o prolongamento das mesmas. Os altos custos dos programas implementados por Hugo Chávez e a dependência excessiva das reservas advindas da PDVSA prejudicam a vitalidade das “*misiones*”. Além do mais, é crucial para a Venezuela ampliar sua produção de alimentos, a modo de alcançar a segurança alimentar e diminuir a dependência do setor externo neste quesito.

6- Referências

AGUIAR, G. M. P. A Cooperação Brasil-Venezuela no Campo Energético. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 4º, 2013, Belo Horizonte. **Anais ...** Belo Horizonte, 2013. ISBN 9788566399011

AMORIM NETO, O. De João Goulart a Hugo Chávez: A política venezuelana à luz da experiência brasileira. In: GUIMARÃES, S.P.; CARDIM, C.H. (Org.) **Venezuela: Visões Brasileiras**. Brasília: IPRI, 2003. p. 85 – 110. ISBN 85 – 7631 - 004 – X

ARAÚJO, R. É possível um chavismo sem Chávez? Um balanço histórico da revolução bolivariana e do futuro político venezuelano. **Cadernos do Tempo Presente**, São Cristóvão (SE), n. 11, 10 Mar. 2012. ISSN 2179 – 2143. Disponível em: < <http://www.seer.ufs.br/index.php/tempo/article/view/2758>>. Acesso em: 20 Jun. 2015.

AVN. **Hace 5 años el presidente Chávez lanzó la Misión Barrio Nuevo Barrio Tricolor**. AVN. 2014. Disponível em: < <http://www.avn.info.ve/contenido/hace-5-a%C3%B1os-presidente-ch%C3%A1vez-lanz%C3%B3-misi%C3%B3n-barrio-nuevo-barrio-tricolor>>. Acesso em: 20 Ago. 2015.

BAPTISTA, M. B. G. As Misiones Sociales na Venezuela: Revolução Bolivariana em Debate. In: Encontro de História ANPUH-Rio, XIII, 2008, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de

Janeiro, 2008. Disponível em: <
[http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1215275497_ARQUIVO_AsMision esSocialesnaVenezuela-RevolucaoBolivarianaemDebate\[ReusmoFinal-ANPUH\].pdf](http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1215275497_ARQUIVO_AsMision esSocialesnaVenezuela-RevolucaoBolivarianaemDebate[ReusmoFinal-ANPUH].pdf)>.
Acesso em: 20 Ago. 2015.

BARROS, P.S. Chávez e Petróleo: Uma Análise da Nova Política Econômica Venezuelana. **Cadernos PROLAM/USP**, São Paulo, v.2, p. 209 – 237. 2006.

BARROS, P.S. **Venezuela – A missão do IPEA no exterior**. IPEA. 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2510:catid=28&Itemid=23> . Acesso em: 27 Jun. 2015

BARROS, P.S.; DASSO JÚNIOR, A. R. A missão do IPEA no contexto das relações Brasil- Venezuela: um novo formato de cooperação. In: CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA, 5º, 2012, Brasília/DF. **Anais...** Brasília/DF, 2012. Disponível em: <<http://consadnacional.org.br/wp-content/uploads/2013/05/048-A-MISS%C3%83O-DO->

[IPEA-NO-CONTEXTO-DAS-RELA%C3%87%C3%95ES-BRASIL-VENEZUELA-UM-NOVO-FORMATO-DE-COOPERA%C3%87%C3%83O.pdf](http://consadnacional.org.br/wp-content/uploads/2013/05/048-A-MISS%C3%83O-DO-IPEA-NO-CONTEXTO-DAS-RELA%C3%87%C3%95ES-BRASIL-VENEZUELA-UM-NOVO-FORMATO-DE-COOPERA%C3%87%C3%83O.pdf)>. Acesso em: 26 Jun. 2015.

BARROS, P.S.; HITNER, V. Brasil, Venezuela e a Cooperação para o Desenvolvimento. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 4º, 2013, Belo Horizonte. **Anais ...** Belo Horizonte, 2013. ISBN 9788566399011

CABEZAS, L.F.; D'ELIA, Y. Las Misiones Sociales em Venezuela. **Instituto Latinoamericano de Investigaciones Sociales**, Caracas, Abr. 2008.

EMBRAPA GADO DE CORTE. **Embrapa articula projetos em pecuária de corte com Venezuela**. Campo e Lavoura. Disponível em:<
http://www.campoelavoura.com.br/noticia_print.php?cod=2864>. Acesso em: 20 Ago. 2015.

EMBRAPA SOJA. **Embrapa auxilia projeto agrícola da Venezuela**. EMBRAPA SOJA. Disponível em:< <http://www.cnpso.embrapa.br/emdestaque/modelomateria.php?id=149>>. Acesso em: 20 Ago. 2015.

LANDER, E. Venezuela: a busca de um projeto contra-hegemônico. In: CECEÑA, A. E. (Org) **Hegemonias e emancipações no século XXI**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Jul. 2005. ISBN 987 – 1183 – 20 - 8

LIMA, A. Misiones Sociales e o diálogo com movimentos sociais: reconfiguração ou pragmatismo político? Seminário de Ciência Política e Relações Internacionais na UFPE, VII, 2013, Pernambuco. **Anais...**, Pernambuco, 2013. p. 3-13. Disponível em: <
<https://seminariocpriufpe.files.wordpress.com/2013/12/anais-gt-ppc3bablicas.pdf>> . Acesso

em: 15 Ago. 2015.

LISBOA, K. M. **A atuação e a eficácia da OEA nas crises democráticas na América Latina Pós-Guerra Fria**. 2011, 63 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

NUNES, T. Um panorama histórico das relações Brasil- Venezuela. **Revista Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v.2, n. 6, p. 49 - 68, Jun. – Jul. 2011. ISSN 21788839

PAPI, L. P.; MEDEIROS, K. A agenda social na política externa do governo Lula: os casos da cooperação internacional prestada pelo MDS e pela ABC. **Revista Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v.6, n. 30, p. 75 - 100, Jun. – Jul. 2015. ISSN 21788839

SANTOS, L. C. V. G. A América do Sul no discurso diplomático brasileiro. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília – DF, v. 48, n. 2, p. 185-204, Jul. - Dez. 2005. ISSN: 1983-3121.

SCARTEZINI, N. A relevância das Missões Sociais para o desenvolvimento da Revolução Bolivariana na Venezuela. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá (PR), n.157, Jun. 2014. ISSN: 1519-6186.

SILVA, A. L. R. **A América do Sul na Política Externa do Governo Fernando Henrique Cardoso: Um Legado para o Governo Lula?** Núcleo de Estratégia em Relações Internacionais/UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/nerint/folder/artigos/artigo3169.pdf>>. Acesso em: 20 Ago. 2015.

URRUTIA, E. G.; Las dos etapas de la política exterior de Chávez. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, v. 25, p. 159-171, Set. – Out. 2006. ISSN 0251-3552.

VILLA, R. D. POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: Capital social e discurso democrático na América do Sul. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 21, n. 61, p. 63 – 221, Jun. 2006. ISSN: 1806-9053

VILLANUEVA, F. La política de vivienda para Venezuela. **Tecnología y Construcción**, Caracas, v. 24, n. 2, p.79-82, Mai. 2008. ISSN: 0798-9601

VIZENTINI, P. F. De FHC a Lula: Uma década de política externa (1995-2005). **Civitas**, Porto Alegre, v.5, n.2, p. 381-397, Jul. – Dez. 2005. ISSN: 1519-6089.